

A SEMANA – 176

John Gledson

As duas “lições” que Machado propõe são cada uma à sua maneira típicas do seu jeito de lidar com a imprensa. Pega dois itens; o primeiro (um italiano louco que monta na estátua de d. Pedro I) foi noticiado com certo destaque em alguns jornais: ele usa a cena para apontar uma moral sua, uma desconfiança (liberal?) com relação à multidão, com seus instintos facilmente maleáveis e sanguíneos. A outra lição vem de um pequeno item sem destaque da *Gazeta da Tarde* (jornal a que se refere pouco), mas que quadrava muito bem a uma “lei” ou modelo, que amava. Podemos chamá-la de “lei da equivalência das janelas”, definida assim nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. 51: “o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência.” É um jeito sutil de perdoar ou justificar falhas ou pecados, estabelecendo (falsas) equivalências que põem “virtudes” e “vícios” num mesmo saco. Reaparece em *Dom Casmurro*, cap. 58, onde uma associação aleatória com a linha do trem permite que um pensamento, trivial mas pouco caridoso, seja “compensado” por outra ação, caridosa se bem que também trivial. Ao depositar o dinheiro roubado na respeitável Caixa Econômica, Policarpo também fazia uma lavagem moral?

O comentário inicial, óbvio demais para ser uma “lição”, é igualmente interessante, embora de outro jeito. O deputado Érico Coelho era um conhecido jacobino, nome dado aos florianistas fiéis à memória do finado vice-presidente – eram nacionalistas, com uma tendência à xenofobia. Segundo sua historiadora, Suely Robles Reis de Queiroz, foi neste momento, em setembro de 1895, que começaram a ocupar a atenção do público (ver *Os radicais da República*, p. 16). O ataque do cronista (pois disso se trata, por leve e indireto que seja) é profundamente característico. Por mais revolucionário que Coelho pretenda ser, acaba conformando-se a estereótipos nacionais bastante deprimentes – o empreguismo, o favor. O exemplo de Tocqueville (que vale a

pena ler no seu contexto original), com sua graça, calha tão bem ao caso que podemos perguntar-nos se foi uma das motivações para esta parte da crônica.



A SEMANA

13 de outubro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Estudemos; é o melhor conselho que posso dar ao leitor amigo; estudemos. É domingo; não tens que ir ao trabalho. Já ouviste a tua missa, apostaste na vaca (antigo)¹ e almoçaste entre a esposa e os pequenos. Em vez de perder o tempo em alguma leitura frívola, estudemos.

Temos duas lições e podíamos ter sete ou oito; mas eu não sou professor que empanzine a estudantes de boa vontade. Demais, há lições tão óbvias que não vale a pena encher delas um parágrafo. Por exemplo, a declaração que fez o Sr. deputado Érico Coelho, esta semana, ao apresentar o projeto do monopólio do café.² Declarou S. Ex., incidentalmente, que já na véspera fora solicitado para, no caso de passar o monopólio,

¹ O jogo do bicho (ou dos bichos, como se dizia) passava por uma transformação. Em março e abril de 1895, quando fazia escândalo, Machado tratara repetidamente do assunto – para um resumo dos acontecimentos, ver a nota 7 da crônica de 10 de março de 1895 (145). Expulso do portão do Jardim Zoológico, o jogo instalara-se no centro da cidade, sobretudo, ao que parece, na rua do Ouvidor. À medida que isso acontecia, o próprio jogo mudava, com a invenção do sistema de números que correspondiam aos animais (à vaca correspondiam os números 97 a 00), vigente ainda hoje. Parece que se trocavam os animais, e que surgiam novos “sistemas” que mudavam as identidades – talvez para confundir as autoridades, que perseguiram o jogo teoricamente ilegal? Na primeira página da *Gazeta* de 19 de outubro, cols. 2-3, há um artigo sobre as últimas transformações do jogo, e que termina assim: “Hão de ver porém que ainda desta vez a coisa não acaba. Ontem não houve jogo nos grandes *bookmakers*, mas daqui a poucos dias leremos de novo nos *Avisos do Sport* do nosso provector colega do *Jornal do Commercio*: Jardim Lotérico: Moderno: Elefante. Antigo: gato. [ênfase minha]” Uma consulta rápida a esta coluna do respeitável jornal revela que a referência é exata. Vêm cada dia dois animais, um “moderno”, outro “antigo”.

² Érico Marinho da Gama Coelho (1849-1922) foi médico e deputado pelo estado do Rio de Janeiro de 1891 a 1899. O projeto de monopolizar o comércio do café em mãos da União foi apresentado à câmara em 7 de outubro, sendo noticiado no dia seguinte. Era um projeto nacionalista, e Coelho era abertamente jacobino (“não perde ocasião de afirmar o seu jacobinismo”, diz o *Jornal do Brasil* no dia 8); achava que depois da Abolição e da República, faltava esta medida para libertar o Brasil financeiramente (ver *O Paiz*, 8 de outubro, p. 2, cols. 1 e 2). As reportagens do discurso, curtas em geral, variam muito segundo a cor política do jornal (os paulistas, claro, eram radicalmente opostos ao projeto), mas não achei entre elas nenhuma que se refira a esta reação dos deputados. Pode ser que se explique através deste trecho da reportagem do *Jornal do Brasil* (8 de outubro, p. 2, col. 4): “[Coelho] diz que o brasileiro ganhou foros de não servir mais que para bacharel, médico ou empregado público, porque sofre a guerra do estrangeiro que além de tudo não se assimila.” Talvez fosse o contexto da anedota e da reação que Machado comenta.

arranjar alguns empregos. Os deputados riram, mas deviam chorar, pois naturalmente não lhes acontece outra coisa com ou sem projetos.

A confissão do Sr. Érico Coelho faz lembrar o que sucedeu com Lamartine, chefe do governo revolucionário de 1848. Um cozinheiro foi empenhar-se com um deputado para empregá-lo em casa de Lamartine, “presidente da República”, disse o homem.³ – “Mas ele ainda não é presidente”, observou o deputado. Ao que retorquiu o cozinheiro que, se ainda não era, havia de sê-lo, e *devia ir já tratando da cozinha*.⁴ Cozinheiros do monopólio de café, se advertísseis que Lamartine não foi eleito, mas outro, consideraríeis que o mesmo pode suceder ao monopólio de café. Quando não seja o mesmo, e a lei passe, é provável que passe daqui a um ou dois anos. Uma lei destas

³ Alphonse de Lamartine (1790-1869): poeta romântico francês dos mais importantes, e político liberal. Foi um dos líderes da revolução de 1848, que derrubou a monarquia de Louis Philippe. Chegou a ser ministro de assuntos exteriores da Segunda República, de fevereiro a maio de 1848; demitiu-se da Comissão Executiva do mesmo regime em junho, depois das sangrentas “journées de juin”. A eleição referida na crônica é certamente a de dezembro de 1848, quando foi candidato à presidência da República, obtendo 0,26% dos votos. Com 74%, venceu Luís Napoleão, mais tarde Napoleão III.

⁴ Machado está citando um trecho dos *Souvenirs* de Alexis de Tocqueville (1805-1859), que tratam da revolução de 1848 e suas sequelas. Vale a pena citar o parágrafo inteiro, para dar o contexto (o “le” referido é Champeaux, deputado “amigo” do poeta): “Je le trouvais d’ordinaire accablé de solliciteurs, car en France la mendicité politique est de tous les régimes, elle s’accroît par les révolutions mêmes qui sont faites contre elle, parce que toutes les révolutions ruinent un certain nombre d’hommes, et que parmi nous un homme ruiné ne compte jamais que sur l’État pour se refaire. Il y en avait de toutes sortes, tous attirés par ce reflet de puissance dont l’amitié de Lamartine illuminait très passagèrement Champeaux. Je me souviens entre autres d’un certain cuisinier, homme peu illustre dans son métier, à ce qu’il me semblait, qui voulait absolument entrer au service de Lamartine, devenu, disait-il, le président de la République. “Mais il ne l’est pas encore, lui criait Champeaux. – S’il ne l’est pas, repartait l’autre, comme vous l’assurez, il va l’être et il doit déjà s’occuper de sa cuisine.” Pour se débarrasser de l’ambition obstinée de ce marmiton, Champeaux lui promit de placer son nom sous les yeux de Lamartine, dès que celui-ci serait président de la République, et ce pauvre homme s’en fut fort satisfait, rêvant sans doute aux splendeurs bien imaginaires de sa condition prochaine.”

[“Encontrava-o normalmente perseguido por solicitantes, porque na França a mendicância política é de todos os regimes, cresce até por causa das revoluções feitas contra ela, pois todas as revoluções arruinam um certo número de homens, e entre nós um homem arruinado só conta com o Estado para se refazer. Havia-os de toda espécie, todos atraídos por esse reflexo de poder com que a amizade de Lamartine iluminava passageiramente Champeaux. Lembro-me entre outros de um certo cozinheiro, homem pouco ilustre na sua profissão, ao que me parecia, que queria porque queria entrar para o serviço de Lamartine, feito, dizia ele, presidente da República. “Mas não o é ainda, exclamava Champeaux. – Se não o é, replicava o outro, como me assegurais, há-de sê-lo e deve ir já tratando da sua cozinha.” Para se livrar da ambição obstinada deste ajudante de cozinha, Champeaux prometeu-lhe que colocaria seu nome sob os olhos de Lamartine, assim que este fosse presidente da República, e o coitado do homem foi embora todo satisfeito, sonhando sem dúvida com os esplendores bem imaginários de sua condição futura.”]

Esta citação interessa por vários motivos. Primeiro, pelo retrato e pelo contexto do pedinte/dependente, figura das mais importantes para Machado, que estava no processo de criar o epítome da espécie, José Dias. Segundo, porque é, que eu saiba, a única citação de Tocqueville na obra de Machado. Não há obra dele no que resta da biblioteca do autor, onde há muitos outros historiadores dessa geração. E, terceiro, porque parece que é uma leitura recente de Machado – estas memórias não foram publicadas em vida de Tocqueville, e só apareceram em 1893. Os *Souvenirs de Alexis de Tocqueville*, publicados pelo Comte de Tocqueville (filho? neto?), editados por Calmann-Lévy, podem ser lidos em fr.wikisource.org. A citação é do capítulo VI da segunda parte, p. 165 do original.

pede longos estudos, longos cálculos, longas estatísticas. O melhor é continuardes a cozinha das casas particulares.

A primeira das nossas duas lições refere-se, não propriamente ao italiano que trepou à estátua de Pedro I e lá de cima arengou ao povo,⁵ mas às circunstâncias do caso. Ninguém sabe o que ele disse, por falar na língua materna, e nós só entendermos italiano por música. O que sabemos, nós que lemos a notícia, é que, apesar da hora (dez e meia da noite),⁶ mais de quatrocentas pessoas se ajuntaram logo na praça Tiradentes, e intimaram ao homem que descesse. A ele acontecia-lhe o mesmo que aos de baixo; não entendia a língua. Vários planos surdiram para fazê-lo desmontar o cavalo, – pedradas, um tiro, o corpo de bombeiros, mas nenhum foi adotado, e o tempo ia passando. Afinal um sargento do exército e uma praça de polícia treparam à estátua, e, sem violência, com boas maneiras e muitas cautelas, desceram o pobre doido.

Ora, enquanto ocorria tudo isto, e as ideias voavam de todos os lados, alguns propuseram o alvitre de linchar o homem; e, com efeito, tão depressa ele pousou no chão, ergueram-se brados no sentido daquele julgamento sumário e definitivo. Outros, porém, opuseram-se, e o projeto não teve piores consequências.

Este é o ponto da lição. Aqui temos um grupo de pessoas,⁷ todas as quais, particularmente, repeliriam com horror a ideia de linchar a alguém, antes defenderiam a vítima. Juntas, porém, estavam dispostas a linchar o homem da estátua. Que o contágio da ideia é que produzia esse acordo de tantos, é coisa natural e sabida. Aquilo que não nasce em trinta cabeças separadas, brota em todas elas, uma vez reunidas, conforme a

⁵ Machado se baseou numa notícia que apareceu no *Jornal do Commercio* do dia 8 de outubro (p. 1, col. 6). Outros jornais trazem a mesma notícia (a *Gazeta* não está entre eles), mas por vários detalhes podemos ter certeza de ser esta a origem. Vem a manchete “SERÁ DOIDO?” (que talvez atraísse o interesse do cronista), e a notícia a seguir: “Um indivíduo de nacionalidade italiana, trajando camisa e calça de algodão branco, às 10 ½ horas da noite de ontem, teve a infeliz lembrança de subir à estátua equestre de D. Pedro I, na praça Tiradentes, indo montar no cavalo que ali se acha, de onde começou ora a falar ora a assoviar. / Imediatamente aglomerou-se naquela praça mais de 400 pessoas, que protestaram contra o ato do referido indivíduo, ao qual intimaram para descer. / Como ele a nada atendesse, naturalmente por desconhecer o nosso idioma, foram se exaltando os ânimos das pessoas presentes, pretendendo uns arremessar pedras ou dar um tiro no indivíduo, outros que se chamasse o oficial do corpo de bombeiros para retirar dali o indivíduo por meio do esguicho da água e finalmente outros que se deveria linchar o homem logo que ele descesse da estátua, havendo então quem protestasse energicamente contra tal opinião, por isso que não estávamos em um país de bárbaros. / Cerca das 11 ½ horas subiram à estátua, até o grupo dos índios que ali existe, o soldado da brigada policial Sebastião Pereira da Costa, e um 2º sargento do 24º batalhão de infantaria, os quais a muito custo conseguiram convencer o indivíduo a descer. / Amparando-o de modo a evitar que o indivíduo caísse, trouxeram-no para baixo e o conduziram para a 4ª delegacia policial urbana, ouvindo-se nessa ocasião alguns gritos de mata! mata! / Ao delegado da circunscrição declarou o indivíduo chamar-se Domenico Maruchi [*sic* – noutros jornais vem Marucci ou Maruggi], de 23 anos de idade, marinheiro, e ter chegado há três dias a esta Capital. / Segundo nos pareceu, Domenico sofre das faculdades mentais. / A autoridade policial mandou recolhê-lo ao xadrez. / O Sr. Dr. Lafayette das Chagas, 2º delegado auxiliar, apresentou-se no lugar com algumas praças, a fim de conter o povo quando descesse da estátua o referido indivíduo.” Numa curta notícia do dia seguinte, informa-se que Marucci foi levado de volta ao Hospital de Alienados, de onde saíra três dias antes.

⁶ Esta vírgula não está na *Gazeta* – Aurélio a repõe.

⁷ Na *Gazeta* faltam algumas letras, e saiu “pes o ,”. Esta leitura, de Aurélio, é sem dúvida a certa.

ocasião e as circunstâncias. Motivos diversos,⁸ sem excluir o sentimento da justiça e a indignação do bem, podem dar azo a ações dessas, coletivas e sangrentas. Começo a distrair no sermão. Vamos à questão principal.

A principal questão, no caso da estátua⁹ é o abismo entre o ato e a pena. O homem não tinha cometido nenhum crime público nem particular. Subiu ao cavalo de bronze, no que fez muito mal, devia respeitar o monumento; mas, enfim, não era delito de sangue que pedisse sangue. A probabilidade de ser doido podia não acudir a todos os espíritos, excitados pelo atrevimento do sujeito; se pudesse acudir, todos rogariam¹⁰ antes ao céu que ele fosse descido sem quebrar os ossos, a fim de que, recolhido novamente ao Hospício dos Alienados, recebesse segunda cura, tendo saído de lá curado, três ou quatro dias antes.

Esse contraste é que merece particular atenção. A familiaridade com a morte é bela, nos grandes momentos, e pode ser grandiosa, além de necessária. Mas, aplicada aos eventos miúdos, perde a graça natural e o poder cívico, para se converter em derivação de maus humores. É reviver a prática dos médicos de outro tempo, que a tudo aplicavam sanguessugas e sangrias. Quem nunca esteve com o braço estendido, à espera que as bichas caíssem de fartas, e não viu esguichá-las ali mesmo para lhes tirar o sangue que acabavam de sugar, não sabe o que era a medicina velha. Não havia que dizer, se era necessária; mas o uso vulgarizou-se tanto que o mau médico, antes de atinar com a doença, mandava ao enfermo esse viático aborrecido. Às vezes, o mal era um defluxo. Que é a loucura senão uma supressão da transpiração do espírito?

A segunda lição que devemos ou deves estudar é a que se segue.

Um gatuno furtou diversas joias e quatrocentos mil-réis. O Sr. Noêmio da Silveira, delegado da 7ª circunscrição urbana, moço inteligente e atilado, descobriu o gatuno e o furto.¹¹ Até aqui tudo é banal. O que não é banal, o que nos abre uma larga janela sobre a alma humana, o que nos põe diante de um fenômeno de alta psicologia, é que o gatuno tão depressa furtou os quatrocentos mil como os foi depositar na caixa econômica. Medita bem, não me leias como os que têm pressa de ir apanhar o bonde; lê e reflete. Como é que a mesma consciência pode simultaneamente negar e afirmar a

⁸ Na *Gazeta*, falta esta vírgula, em fim de linha, que Aurélio acrescenta.

⁹ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula, o que não deixa de ser correto. Entretanto, a ausência dela nesta circunstância é bem um costume de Machado; portanto, mantemos a leitura do jornal.

¹⁰ Na *Gazeta* está “negariam”, que não faz sentido; será erro dos compositores. Esta correção é de Aurélio.

¹¹ A notícia em que Machado se baseou está (sem destaque nem manchete) na primeira página da *Gazeta da Tarde* de 7 de outubro, p. 1, col. 7: “Queixou-se ao sr. dr. Noêmio da Silveira, delegado da 7ª circunscrição, o sr. Henrique das Chaves Justiniano, morador à Rua do Riachuelo n. 144, de que foram subtraídos de sua casa seis botões de peito de camisa, cravejados de brilhantes e de outras pedras preciosas e a quantia de 400\$000. / A autoridade respectiva deu busca no quarto do criado da casa de nome Policarpo Antônio, encontrando as joias prostadas (*sic*) em um fogão velho. / Interrogado Policarpo confessou o crime, declarando haver depositado os 400\$000 na Caixa Econômica. / Que criado *fiel*...”

propriedade? Roubar e gastar está bem; mas pegar do roubo e ir levá-lo aonde os homens de ordem, os pais de família, as senhoras trabalhadeiras levam os soldos do salário e os lucros adventícios, eis aí o que me parece extraordinário. Não me digas que há viciosas que também vão à caixa econômica, nem que os bancos recebem dinheiros duvidosos. Ofício é ofício, e eu trato aqui do puro furto.

Assim é que, o empregado da caixa, vendo esse homem ir frequentemente levar uma quantia, adquire a certeza de ser pessoa honesta e poupada, e quando for para o céu, e o vir lá chegar depois, testemunhará em favor dele ante S. Pedro. Ao contrário, se lá estiver algum dos seus roubados, dirá que é um simples ratoneiro. O porteiro do céu, que negou três vezes a Cristo¹² e mil vezes se arrependeu, concluirá que, se o homem negou a propriedade por um lado, afirmou-a por outro, o que equivale a um arrependimento, e metê-lo-á onde estiverem as Madalenas de ambos os sexos.

Se eu houvesse de definir a alma humana, em vista da dupla operação a que aludo, diria que ela¹³ é uma casa de pensão. Cada quarto abriga um vício ou uma virtude. Os bons são aqueles em quem os vícios dormem sempre e as virtudes velam, e os maus... Adivinhaste o resto; poupas-me o trabalho de concluir a lição.¹⁴



¹² A negação de Cristo por s. Pedro e seu arrependimento são contados nos quatro Evangelhos: Mateus 26, Marcos 14, Lucas 22, e João 18.

¹³ Esta palavra falta em Aurélio.

¹⁴ Na *Gazeta*, há um espaço onde devia estar o artigo “a”, que Aurélio também acrescentou.